

# IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: "Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais"



### ANTES DO DIREITO AO VOTO: EXPRESSÕES POLÍTICAS FEMININAS NO BRASIL PRÉ-DÉCADA DE 1930

Amanda Oliveira de Sousa<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente estudo discute passagens da participação política feminina anteriores à consagração do direito ao voto. Busca-se abordar expressões dessa participação, percorrendo a invisibilização da atuação feminina na vida pública na história nacional e as limitações à participação da mulher nesse âmbito, para, então, registrar algumas manifestações anteriores à década de 1930, quando se reconheceu o direito ao voto feminino. Utiliza-se o método de abordagem dedutivo e o método de procedimento histórico e, como técnica de pesquisa, a pesquisa bibliográfica. Verifica-se que os estudos sobre mulheres ganharam maior notoriedade no país a partir da década de 1970, os quais inclui a atuação na esfera pública. Neste espaço, as mulheres sempre enfrentaram uma série de óbices. No entanto, mesmo antes de poderem votar, há registros de sua articulação na seara pública, os quais mostram que, ainda que não seja sempre destacado, elas não estiveram completamente ausentes da vida política do país nesse período. Conclui-se que recuperar estes registros é fundamental para realçar o papel das mulheres para o fortalecimento dos direitos humanos e para a qualidade da democracia.

**Palavras-chave:** Mulheres. Política. Pré-década de 1930.

#### 1. Introdução

Quando se fala em participação política feminina é comum que se faça menção ao movimento sufragista, e seu ápice na década de 1930, como pioneiro para abertura do espaço político para as mulheres, ante a sua influência na conquista do direito ao voto feminino no Brasil. Embora não se negue a importância deste movimento – pelo contrário, a exalte – é preciso que se ressalte que antes de poder votar muitas mulheres já participavam decisivamente da vida pública do país, mas os registros de seus feitos, por vezes, estiveram ausentes da história oficial (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

Considerando a invisibilização quase completa desse protagonismo até a década de 1970, quando as pressões do movimento feminista e a entrada expressiva das mulheres no mercado de trabalho tesionaram a pesquisa acadêmica a romper com essa inviabilização e a começar a contemplar relatos do papel na resistência histórica (RAGO; 1995; SCHUMAHER; CEVA, 2015), recuperar esses registros não é tarefa fácil.

Não obstante, o século XIX, marcado por transformações no cenário brasileiro, que passou a ser influenciado por aspectos típicos da modernidade (COELHO; BAPTISTA, 2009) é um bom ponto de partida para tecer a análise pretendida.

---

1 Universidade Regional do Cariri, email: oliveiraamanda482@gmail.com

# IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: “Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais”



Nesse contexto, busca-se alcançar resposta para a seguinte indagação: como as mulheres participavam da vida política do país antes da década de 1930? Para respondê-la, como já indicado, não existe uma narrativa exata ou completa. Portanto, não se tem a pretensão de esgotar o assunto, mas acredita-se que abordá-lo pode contribuir com o registro histórico científico das formas de resistência feminina que passaram por muito tempo despercebidas do meio acadêmico, bem como pode auxiliar na sua visibilização na sociedade em geral.

### 2. Objetivos

Objetiva-se abordar, em perspectiva historiográfica, formas de participação política feminina anteriores à consagração do direito ao voto no Brasil. Em nível específico, busca-se percorrer a invisibilização da atuação da mulher na vida pública na história nacional; analisar as limitações à atuação das mulheres neste âmbito e; registrar momentos históricos de protagonismo feminino político, anteriores à década de 1930.

### 3. Metodologia

Quanto ao aspecto metodológico, a pesquisa é desenvolvida através do método de abordagem dedutivo, vez que parte do cenário geral de invisibilização da participação política feminina na história brasileira, para analisar, de modo específico, como as mulheres conseguiam atuar em um momento histórico onde nem mesmo o direito mais básico de acesso à vida pública (o voto) detinham.

No tocante ao método de procedimento, utiliza-se preponderantemente o método histórico, analisando-se raízes da atuação política feminina, para entender suas repercussões atuais no contexto dos avanços nos direitos das mulheres. Trata-se de um estudo qualitativo e que, como técnica de pesquisa, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, centrada na análise de livros, artigos e outras publicações acadêmicas sobre o tema.

### 4. Resultados

Ao percorrer a história demarcando a atuação política feminina, percebe-se, inicialmente, que os estudos sobre mulheres só ganharam corpo e maior autonomia, com mudanças na perspectiva historiográfica e com a eclosão do feminismo a partir do final da década de 1960, situando as mulheres como sujeitos e objetos da história e demarcando-se, assim, o campo de estudos da História de Mulheres (SOIHET; PEDRO, 2007).

Tais estudos insiram-se expressivamente na historiografia brasileira a partir da década de 1970, pela obra de sociólogas, antropólogas e historiadoras que debruçavam-se sobre a mulher trabalhadora, a identificando como resultado de determinações histórico-sociais, sendo o pioneiro destes estudos a obra de Heileth Safiotti “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” (RAGO, 1995). Já na década de 1980, vislumbra-se a configuração de uma segunda esfera de produções sobre mulheres, moldada no seio da história social,

# IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: “Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais”



tematizando a atuação das mulheres na vida social e sua resistência à dominação masculina, revelando um destaque específico a atuação da mulher como sujeito histórico, pouco tratada na produção anterior (RAGO, 1995).

Todavia, a essa perspectiva inaugurada na década de 1970, pesou como ponto crítico, o fato de que não se trata apenas de levar em conta a narrativa feminina na história que já está pronta, mas de entender a “mulher”, mais do que como uma categoria fixa, como um sujeito envolto a múltiplas. Daí porque se justificar um deslocamento epistemológico da categoria “mulheres” para a categoria “gênero” (RAGO, 1995). Sendo este último um elemento dinâmico, que traduz significações às relações de poder, explicando as diferenciações inscritas sobre homem e mulher na sociedade (SCOTT, 1990) e que não pode ser lido dissociadamente dos elementos raça e classe (CRENSHAW, 2002; BIROLI, 2018).

As contribuições citadas são relevantes para trabalhar a atuação feminina na vida pública do Brasil, que teve que ultrapassar as barreiras do binômio público x privado para acessar a seara pública. Ocorre que, há um forte predomínio da construção de papéis sexuais determinando, de um lado estímulos que incutem nos homens comportamentos agressivos e competitivos, e de outro resumem a mulher a um sujeito não apto a enfrentar a competição e persistem sedimentando, no domínio público, um desequilíbrio estrutural (SAFIOTTI, 2004).

Outrossim, a desvelamento dessa construção, em contextos variados, vem colocando sobre as mulheres, ao longo da história, uma série de políticas de desvantagem, as quais podem ser exemplificadas, na institucionalização do cuidado na figura feminina e no acúmulo de responsabilidades sobre si, fatores que se põe como entraves a participação e permanência da mulher no debate público (BIROLI, 2018). Dentro dessa estrutura, a participação feminina na vida pública, fora sempre entrelaçada a diversos óbices, tanto em razão do gênero, como da classe e da raça. Entretanto, podem ser delimitados alguns momentos históricos em que o protagonismo feminino foi expressivo, mesmo anteriormente à conquista dos direitos políticos, momentos que, não raras vezes, foram encobertos pela história oficial.

No século XIX, em um Brasil ainda escravocrata, a ex-escrava alforriada, Luísa Mahin, exercia papel ativo na luta contra a escravidão, envolvendo-se com diversos levantes de escravos ocorridos na Bahia e figurando, inclusive, como uma das lideranças do Levantes dos Malês; de outra ponta, Maria Firmina dos Reis, mulher negra, utilizava seus escritos como uma forma de resistência, versando em suas obras a escravidão brasileira e tem sua obra “*Ursula*” hoje reconhecida como o marco na literatura feminina abolicionista (SCHUMACHER; CEVA, 2015).

No movimento abolicionista elas também se fizeram presentes. Embora se tratassem, em boa parte, de mulheres brancas e integrantes das elites econômicas do país, sua participação em clubes abolicionistas já representava uma violação aos padrões sociais postos à época (SILVA; BARRETO, 2014).

No seio das mobilizações coletivas, cabe o registro, também, da articulação de um grupo de 160 mulheres, que em 1832 encaminhou ao Senado

# IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: “Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais”



representação pleiteando a concessão da anistia aparentes seus, detidos em razão de terem participado de insurreição ocorrida em Ouro Preto/MG (DIAS; SAMPAIO, 2011).

As movimentações também já encapavam reivindicações específicas da população feminina. No mesmo século, lutando pelo direito à educação para as mulheres e em reação ao descaso do governo imperial, Maria Firmina dos Santos e Nísia Floresta, fundaram escolas mistas e femininas, iniciativas que à época eram consideradas corajosas, dada a estrutura fortemente patriarcal dominante (SCHUMACHER; CEVA, 2015).

Tudo isso, num momento onde era vigente a Constituição de 1824, que nada mencionava acerca da participação das mulheres nos processos eleitorais em seus arts. 91 a 97. Sua exclusão não advinha do texto constitucional, mas da sua não compatibilização com o conceito de cidadã (DIAS; SAMPAIO, 2011).

Não foi o suficiente, como visto, para que elas não se articulassem politicamente. Todavia elas ainda pendiam do alcance do direito básico de reconhecimento da cidadania, o de votar. E até mesmo nesse processo, já no século XX, onde se referencia, comumente o sufrágio encabeçado por Bertha Lutz, na Fundação Brasileira para o Progresso Feminino, tangencia-se, muitas vezes, a fagulha inicial da busca pelo voto feminino, qual seja, a fundação do Partido Republicano Feminino, em 1910, por Leolinda Daltro, que no seu programa de ação já pautava a extensão do direito ao voto às mulheres (COELHO; BAPTISTA, 2009). Por fim, com a influência do movimento sufragista, o direito ao voto feminino veio reconhecido no Código Eleitoral de 1932 e, mais tarde, na Constituição de 1934 (BESTER, 2016), mas antes disto, como visto, não pode-se dizer que as mulheres estiveram completamente ausentes da vida política do país.

### 5. Conclusão

Foi possível observar que, por muito tempo, houve quase uma inexistência de registros da participação feminina na história nacional, situação que só veio a ser modificada nas décadas recentes. Além disso, verificou-se que, no campo político, o acesso das mulheres ao debate público esteve sempre envolto a uma série de dificuldades, impostas pela sociedade patriarcal. Todavia, mesmo com eles, pode-se recuperar momentos de protagonismo feminino anteriores até mesmo à conquista do direito ao voto, e que, por vezes, são pouco tratados na história.

Alguns deles foram relacionados neste estudo. A partir da exposição deles, viu-se que, embora vivendo em uma sociedade que as excluía do conceito cidadã, as mulheres não estiveram ausentes da cena pública. E recuperar estes registros é importante para delinear o papel decisivo que a população feminina teve e continua tendo para o fortalecimento dos direitos humanos seus e da população em geral, bem como para a qualidade da democracia.

### 6. Referências

BESTER, Gisela Maria. A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada. **Revista**

# IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: "Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais"



**Argumenta**, [s.l.], n. 25, p. 327, mar. 2016. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/53aa6d880e09575219088a49d1cd1708/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2031966>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 85-99, jun. 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DIAS, Joelson; SAMPAIO, Vivian Grassi. A inserção política da mulher no Brasil: uma retrospectiva histórica. **Estudos Eleitorais: vol. 6, n. 3**, [s.l.], p. 55-91, set./dez. 2011.

SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. **Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, [s.l.], 1990. Disponível em: <http://moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=39565>. Acesso em: 06 jan. 2019.

SILVA, Wladimir Barbosa; BARRETO, Maria Renilda N. Mulheres e abolição: protagonismo e ação. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [s.l.], v. 6, n. 14, p. 50-62, 2014. Disponível em: <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/129>. Acesso em: 02 out. 2019.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, [s. l.], v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/263/26305417.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p.81-91.